

**Ministério de Minas e Energia****Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                       | <b>2</b>  |
| Título: Todos contra a Petrobras.....                                               | 2         |
| Título: Estaleiros tentam recuperar perdas na construção de sondas .....            | 5         |
| Título: Petroleiras e indústria negociam regras de leilão.....                      | 6         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                          | <b>7</b>  |
| Título: Petrobrás quer construir no exterior plataforma de Libra .....              | 7         |
| Título: Controle da usina de Belo Monte é colocado à venda .....                    | 8         |
| Título: Spic, da China, deve levar a Santo Antônio .....                            | 10        |
| Título: Chinesa pode ser expulsa de obra de 'linhão' .....                          | 10        |
| Título: Explosão em central nuclear desativa reator .....                           | 11        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                               | <b>12</b> |
| Título: Estudo aponta necessidade em 2017 para contratar energia de reserva .....   | 12        |
| Título: Política de conteúdo local deve ser definida dia 16 .....                   | 14        |
| Título: O gasômetro que virou cidade do futuro .....                                | 15        |
| Título: Renováveis transformam zona rural da Alemanha.....                          | 18        |
| Título: Destaques .....                                                             | 20        |
| Título: Jirau critica eficiência de usina de Santo Antônio .....                    | 20        |
| Título: Aneel deve negar recurso da Isolux para manter ativos .....                 | 22        |
| Título: Mudança na lei pode beneficiar Samarco .....                                | 23        |
| Título: Decisão da Justiça proíbe Petrobras de rescindir contrato com Schahin ..... | 25        |

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa / Ramona Ordoñez****Título: Todos contra a Petrobras**

Fundos buscam reparação de R\$ 8 bi por investimento na Sete. Até Petros deve recorrer à arbitragem

Quando o assunto é Sete Brasil, falta dinheiro e sobram brigas. Sócios e credores iniciaram uma corrida jurídica em câmaras de arbitragem e na Justiça do Rio e de Nova York. Estão no alvo a Sete Brasil, criada para intermediar a construção de sondas de exploração de petróleo no pré-sal, e a própria Petrobras, idealizadora do projeto. Em mais um capítulo dessa disputa, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, a Petros, que investiu na Sete Brasil, avalia entrar com processo de arbitragem contra a sua própria patrocinadora, diz uma fonte. Com tantas incertezas e desentendimentos, alguns sócios já veem a liquidação da empresa como o capítulo final. A Petros deve engrossar a lista de sócios da Sete que já iniciaram processo de arbitragem contra a Petrobras, como o fundo de investimento Luce Venture, o banco BTG, além dos fundos de pensão Funcef (da Caixa Econômica Federal), Previ (Banco do Brasil) e Valia (Vale).

Segundo essa fonte, estuda-se a consolidação desses processos que foram abertos na Câmara de Arbitragem Brasil-Canadá de forma independente. Juntos, os sócios da Sete pedem indenização de cerca de R\$ 8 bilhões à Petrobras, que é sócia da Sete com 10% das ações. Criada em 2010, a Sete previa a construção de 28 sondas no Brasil que seriam afretadas pela Petrobras, com investimento de US\$ 27 bilhões e geração de 120 mil empregos. O esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato na Petrobras foi replicado na Sete Brasil. Com isso, o financiamento do BNDES não saiu, e a empresa entrou em crise financeira, com mais de R\$ 19 bilhões em dívidas, entrando em recuperação judicial em meados de 2016. Trata-se do segundo maior processo do país, atrás apenas da Oi, com dívida superior a R\$ 65 bilhões. É cada vez mais comum resolver litígios em câmaras de arbitragem no mundo empresarial porque o processo corre mais rápido em relação à Justiça comum.

Em média, o imbróglio é resolvido em pouco mais de um ano. O funcionamento é semelhante ao processo judicial, com juiz e advogados. O processo, porém, é extremamente oneroso. — Os investidores da Sete estão entrando em arbitragem por causa da indução errônea para investir na Sete, já que o projeto nasceu dentro da estatal. O risco do projeto era a Petrobras, que, depois da Lava-Jato, adotou uma postura de que a Sete não era mais problema dela. Os acionistas alegam que, se soubessem que a corrupção havia sido replicada dentro

da Sete, não teriam entrado. Agora, esses procedimentos podem ser consolidados para ganhar força — disse uma das fontes ouvidas pelo GLOBO.

#### SÓCIOS VEEM EMPRESA PERTO DE LIQUIDAÇÃO

Outra fonte observa que a decisão dos sócios de recorrer à arbitragem contra a Petrobras esbarra no fato de que a Sete não tem ativos, já que nenhuma das 28 sondas está pronta. Sem recursos financeiros, o processo de recuperação, conduzido pela Alvarez & Marsal e que tramita na 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), também vem recebendo questionamento de credores e acionistas. Isso porque, dizem fontes, a Petrobras não quer mais contratar as sondas da Sete. Como resultado do impasse, a Sete Brasil já teve de suspender a Assembleia Geral de Credores por duas vezes, desde dezembro de 2016. Agora, o próximo encontro está marcado para o dia 23 de fevereiro, às vésperas do carnaval. Um dos sócios ouvidos pelo GLOBO explica que a empresa tem hoje “o plano do plano”, pois tudo depende de a Petrobras definir quantas sondas vai querer alugar.

— A assembleia estava marcada para 24 de janeiro, mas os credores só enviaram seus comentários na véspera da assembleia. Por isso, a Sete teve de adiar para poder analisar todas as contribuições. Para se ter uma ideia do imbróglio, dos 42 pontos apresentados pelos bancos, só há consenso em 18 deles — afirmou outra fonte. Mas, por pouco, o próximo encontro não ficou para março. Segundo a Ata da Assembleia, foi ressaltada a “urgência das negociações junto aos estaleiros, bem como a dificuldade de caixa da recuperanda”. Entre os maiores credores estão Banco do Brasil (R\$ 3,669 bilhões), Caixa (R\$ 1,618 bilhão), Santander (R\$ 1,453 bilhão), Bradesco (R\$ 1,463 bilhão) e Itaú BBA (R\$ 1,981 bilhão). Nos Estados Unidos, o fundo americano EIG, que também é sócio da Sete Brasil, abriu um processo contra a Petrobras na Justiça de Nova York.

Na ação, o fundo responsabiliza a estatal pelas perdas de US\$ 221 milhões em investimentos na Sete Brasil. A Petrobras disse que, no dia 31 de janeiro, foi realizada audiência para apreciar os pedidos de extinção antecipada do processo formulados pela estatal, mas não houve decisão do juiz sobre o tema. — A expectativa da Sete é que o plano de recuperação judicial seja aprovado. Se, após aprovar o plano, a Petrobras não quiser fazer valer os contratos de aluguel, a Sete vai partir para o litígio. Mas a liquidação da companhia é uma possibilidade que já começa a ser considerada entre os sócios — explicou uma fonte.

#### FI-FGTS PEDE À JUSTIÇA PARA VOTAR EM ASSEMBLEIA

Procurados sobre os processos de arbitragem, Petrobras e fundos de pensão não comentaram, assim como os demais sócios da Sete. No processo de recuperação judicial, os questionamentos se multiplicam. O FI-FGTS, acionista e credor da

Sete, entrou com petição no Tribunal de Justiça do Rio para ter o direito de votar nas assembleias. Uma fonte do setor destacou que o fundo não descarta alguma medida jurídica se achar que foi lesado: — Os sócios da Sete estão questionando a Petrobras porque temem ser alvo de processos de credores e fornecedores da Sete Brasil, como os estaleiros. Os fundos de pensão ainda podem ser alvo de ações de trabalhadores. O FI-FGTS já exerceu suas garantias através do Fundo de Garantia para a Construção Naval. Mas, apesar da recuperação do valor econômico, o investimento deve ser preservado — afirmou a fonte. Nas negociações, o ponto central é que Sete e Petrobras têm de definir o número de sondas a serem contratadas, assim como o preço do frete. O custo do afretamento de cada sonda previsto nos contratos assinados com a Petrobras varia de US\$ 500 mil a US\$ 600 mil por dia e por sonda.

Segundo fontes próximas à estatal, esse custo é considerado inviável porque o aluguel de uma sonda do mesmo tipo no mercado internacional está entre US\$ 250 mil e US\$ 300 mil diários. — A alternativa seria finalizar essas sondas e afretar no mercado internacional. Mas as taxas diárias baixas no exterior não trazem retorno, considerando o valor investido nas sondas da Sete, as mais caras da História. A discussão que já está ocorrendo é que, para parte dos envolvidos, talvez seja melhor liquidar a empresa — destacou uma fonte do mercado. Em outro questionamento durante o processo de recuperação judicial, o Deutsche Bank, um dos credores, pediu a impugnação do segundo edital de credores da Sete na Justiça. O banco alega “divergência de crédito”. Para isso, pede que seu empréstimo, de US\$ 118.191,03, seja reconhecido em ambas as subsidiárias da Sete no exterior.

#### ARBITRAGEM TAMBÉM NA HOLANDA

Mas os problemas vão além. A Sete Brasil já é alvo de arbitragem na Holanda. Documento ao qual O GLOBO teve acesso, datado do dia 27 de janeiro, revela que a Angra Participações (empresa da Queiroz Galvão Óleo e Gás) — sócia da Sete Brasil em três das 28 sondas — está em processo de arbitragem na Câmara de Comércio Internacional em Amsterdã, na Holanda. No processo, a Angra diz que o acordo de acionistas não foi cumprido. A Angra afirma que tem a receber US\$ 16 milhões e pede que, “ao fim da mencionada arbitragem, passará a integrar o Quadro Geral de Credores na condição de credora quirografária (sem garantia)”.

No processo, “a QGOG Constellation/Angra alega que não foi informada de modo adequado pela Sete em vários aspectos relativos às empresas do empreendimento conjunto, por exemplo, quanto a discussões com a Petrobras”. — Há alguns litígios envolvendo diretamente a Sete. Um deles diz respeito a uma das empresas da Queiroz Galvão Óleo e Gás, que entrou em arbitragem alegando que o acordo de acionistas não foi cumprido. A Angra tentou fazer valer seu

direito de acionista e vender suas fatias para a Sete, sem perda financeira. Como não obteve sucesso, pede na arbitragem que seja feita uma espécie de reserva para o valor que tem a receber da Sete — disse a fonte.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Bruno Rosa / Ramona Ordoñez

**Título:** Estaleiros tentam recuperar perdas na construção de sondas

Empresas recorrem à arbitragem contra a Sete. Setor perdeu 25 mil vagas

Na complexa trama da Sete Brasil, os estaleiros passaram de protagonistas a coadjuvantes. De símbolo da recuperação do setor naval brasileiro, passaram ao pesadelo de mais de 25 mil demissões desde 2015 e pátios vazios. Agora, começaram a iniciar processos de arbitragem contra a Sete Brasil na tentativa de receber os recursos investidos na construção das sondas. Segundo uma fonte a par do processo, a Enseada Indústria Naval, que construiu um estaleiro na Bahia para fabricar seis sondas, está em arbitragem com a Sete, pleiteando o pagamento de despesas. A empresa entrou no dia 28 de janeiro deste ano com pedido de recuperação extrajudicial no Tribunal de Justiça do Rio. Além da Enseada, o estaleiro Jurong Aracruz, no Espírito Santo, que foi construído para o projeto da Sete e tinha em seu cronograma original outras sete unidades, entrou em arbitragem internacional contra a Sete. — O Jurong entrou com arbitragem pedindo a cobrança das faturas não pagas. O pleito era pelas perdas. Como a Sete está em processo de recuperação judicial, as duas empresas estão buscando um acordo. Os estaleiros, porém, também podem entrar em arbitragem contra a Petrobras, como estão fazendo os sócios da Sete — disse uma fonte.

#### PAGAMENTO SUSPENSO EM 2014

Além desses dois estaleiros, foram contratados Brasfels, em Angra dos Reis; Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e Atlântico Sul, em Pernambuco. Os cinco estaleiros contratados para a construção das sondas tiveram a suspensão dos pagamentos no fim de 2014. Mas alguns desses estaleiros passaram a enfrentar maiores problemas, já que parte de seus controladores (as principais construtoras do país) estão envolvidos na Operação Lava-Jato. No caso da Enseada Indústria Naval, das seis unidades, a primeira está com 72% das obras concluídas. Com dívidas de R\$ 1,3 bilhão, o estaleiro tem a receber da Sete R\$ 3 bilhões. Dos 14 mil funcionários que chegaram a trabalhar na obra, hoje quase não há empregados. — Entramos em recuperação extrajudicial. Vamos estabilizar a dívida da empresa e focar na conquista de novos projetos na Bahia, preparando o estaleiro para outras atividades, como logística, estoque de combustível e serviços para a indústria eólica. Nesse plano, estamos prevendo aos nossos credores várias opções, como o parcelamento em até

19 anos da dívida e o recebimento de equipamentos em troca de dívida — disse Fernando Barbosa, presidente da Enseada. Sobre a arbitragem, a Enseada informou que, “devido a cláusulas de confidencialidade dos contratos com a Sete Brasil não pode fornecer informações sobre o contrato”.

#### ESTALEIROS NÃO SÃO CREDORES

Hoje, há ao menos seis sondas que estão com mais de 60% das obras concluídas. Ao todo, as sondas receberam investimento de US\$ 6,9 bilhões. No Estaleiro Brasfels, em Angra, a sonda Urca está com mais de 90% dos trabalhos concluídos. A sonda Frade, com 70%. No Jurong Aracruz, uma das sondas (Arpoador) está com 90% dos trabalhos prontos e outras duas com mais de 60% concluídos. O Estaleiro Brasfels, do grupo Keppel Fels de Cingapura — que chegou a ter 11.000 funcionários no auge das obras e, hoje, conta com 3.300 empregados —, informou que paralisou as obras de sondas encomendadas pela Sete no fim de 2015 e aguarda que a companhia retome os pagamentos. O estaleiro destaca que os contratos firmados com a Sete “permanecem legalmente válidos.” A empresa afirma que o “desfecho dependerá dos resultados da reestruturação da Sete Brasil e das discussões em andamento com o cliente (Petrobras)”. A principal queixa dos estaleiros é que eles não são considerados credores. E, por isso, não podem participar da recuperação judicial da Sete Brasil. Cada sonda é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE). E essas SPEs não entraram no processo de recuperação. — Ou seja, a sonda não é do estaleiro — disse uma fonte.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Danilo Fariello

**Título:** Petroleiras e indústria negociam regras de leilão

Governo dá prazo adicional para acordo sobre conteúdo local

Representantes dos setores afetados pela reforma das regras de conteúdo local de petróleo e gás no país, que vinham protagonizando uma disputa ferrenha nas últimas semanas, começaram a se aproximar nos últimos dias. O governo, que vai decidir sobre a reforma, tem pressa em definir uma regra para a 14ª Rodada de Licitações. Para que esse leilão possa ocorrer em setembro, o Palácio do Planalto espera ter, até a próxima semana, pelo menos uma regra transitória, válida só nesse certame. Setores da indústria fornecedora e das petroleiras, porém, temem que uma transição brusca possa levar ainda mais incertezas para as empresas — principalmente se não houver clareza sobre como será a regra para outros leilões. Por isso, indicaram ao governo que esperasse mais alguns dias antes de deliberar sobre o tema. Esse foi um dos motivos pelos quais a reunião que ocorreria ontem no Planalto para definir a questão foi adiada para a próxima quinta-feira.

**‘SUSTENTÁVEL E DURADOURO’**

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse ontem que as conversas estão avançando e elogiou a mediação da Casa Civil. Ele destacou como prioridade o resultado dos leilões previstos: — O pessoal (do Ministério) de Indústria e Comércio tem conversado com a gente. Soube que o pessoal da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) tem conversado com o pessoal da Petrobras também. Evidentemente, cada um defende o seu ponto de vista, mas está todo mundo imbuído no sentido de encontrar uma solução boa para todos e, decerto, para os nossos leilões, que esse é o objetivo maior do país. A gente tem uma série de investimentos que podem ser desencadeados a partir disso, e a gente precisa acertar na política de conteúdo local. Por enquanto, as petroleiras defendem uma reforma que crie percentuais de conteúdo local globais, de forma que as empresas possam administrar seus fornecedores de forma mais livre, a fim de cumprir as exigências.

Do outro lado, fornecedores pedem exigências por itens específicos, de forma a garantir o mercado para os diversos segmentos. A Firjan, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), federações de indústrias de outros cinco estados e associações representativas do setor reuniram-se no movimento Produz Brasil. O grupo defende uma subdivisão em cinco segmentos: compras de serviços, compras de bens, compras de engenharia de projetos, compras de infraestrutura (casco) e compras de sistemas auxiliares. No Planalto, porém, a discussão vinha caminhando para uma regra transitória com, no máximo, duas divisões. Segundo o ministro Coelho Filho, o modelo não tem de beneficiar apenas partes envolvidas na discussão, mas “ser sustentável e duradouro”. Ele disse ainda que espera anunciar a renovação do regime especial de exploração de petróleo até março, mas que a responsabilidade por essa definição é da Fazenda.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Petrobrás quer construir no exterior plataforma de Libra**

Consórcio que explora o campo do pré-sal diz que se o casco da plataforma for feito no Brasil ficará 40% mais caro.

A Petrobrás pretende construir no exterior o casco da plataforma que será usada no projeto-piloto do campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. No contrato firmado com a União para ter acesso ao reservatório, o consórcio de Libra se comprometeu a contratar no Brasil até 90% dos equipamentos que vão ser usados na construção do casco. Mas argumenta que, diante do atual cenário de “tempestade perfeita”, o

cumprimento dos percentuais de conteúdo local previstos em contrato pode inviabilizar o projeto.

“Apenas cinco estaleiros seriam capazes de realizar conversão ou construção de cascos: Enor, EAS, Inhauma, ERG e EEP (Enseada). No entanto, Enor e EEP ainda não estão em operação, enquanto os outros estão ocupados pelo menos até o segundo semestre de 2018”, argumentou a Petrobrás à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. O texto foi divulgado ontem, quando a agência abriu consulta pública para ouvir os interessados na concorrência, sobretudo, os fornecedores nacionais.

A audiência vai durar 30 dias. O consórcio de Libra é operado pela Petrobrás. A PPSA (Présal Petróleo S/A) representa a União, enquanto, do lado privado, ainda fazem parte Shell, Total e as chinesas CNPC e CNOOC. No processo de revisão do conteúdo local aberto no dia 18 do mês passado e divulgado ontem, o consórcio alega que a indústria fornecedora nacional entrou em “colapso”, entre outros motivos, por causa das investigações de corrupção na Operação Lava Jato.

O consórcio afirma que os percentuais previstos no contrato são “irrazoáveis”, porque a taxa de afretamento de uma embarcação construída nos moldes previstos em contrato sairia 40% mais cara do que uma contratada no mercado internacional, segundo as petroleiras. Elas ainda demonstraram intenção de antecipar a produção do primeiro óleo para até 2020 e, para isso, pedem uma posição urgente da agência, em 60 dias.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Mônica Scaramuzzo e Renée Pereira

**Título:** Controle da usina de Belo Monte é colocado à venda

**Energia.** Donas de 50,02% da concessionária Norte Energia – entre elas Cemig, Light e Vale – contrataram o Bradesco BBI para liderar a operação, que envolverá um banco internacional ainda a ser definido; custo total do megaprojeto de geração vai superar R\$ 30 bi

A Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, está à venda. Segundo informações obtidas pelo ‘Estado’, as empresas que compõem o bloco de controle da Norte Energia, concessionária que administra a usina, já contrataram o Bradesco BBI para buscar potenciais investidores no Brasil e no exterior. A operação também contará com um banco internacional para tocar as negociações de venda da terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas da chinesa Three Gorges e de Itaipu Binacional.

O que está à venda é a parte das empresas Neoenergia, Cemig, Light, Vale, Sinobras, J. Malucelli e dos fundos de pensão Petros (Petrobrás) e Funcef (Caixa). A

participação dessas companhias na Norte Energia é de 50,02%. O valor patrimonial de Belo Monte é estimado em R\$ 10 bilhões. O projeto, que só será concluído em 2019, ainda exigirá investimentos de, pelo menos, R\$ 5 bilhões. Quando concluída, a hidrelétrica, de 11.233 megawatts (MW) de energia, terá consumido mais de R\$ 31 bilhões – o empreendimento começou orçado em R\$ 18 bilhões.

Segundo fontes próximas à empresa, para ficar com a usina, os compradores terão de assumir o financiamento concedido ao projeto de cerca de R\$ 22 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A hidrelétrica ainda pleiteia mais R\$ 2 bilhões do banco estatal para concluir as obras. Por ora, a participação do Grupo Eletrobrás, de 49,98%, não está à venda.

Mas, como a estatal tem o direito de “tag along” (mecanismo que permite ao minoritário vender suas ações pelo preço pago ao controlador), o grupo também poderia vender sua fatia na hidrelétrica, diz uma fonte do setor, caso o valor seja satisfatório.

Chinesas. Antes mesmo da contratação do banco que vai liderar a negociação, algumas chinesas – que são consideradas “candidatas” a qualquer processo de fusão e aquisição no País – já vinham sondando o empreendimento. State Grid e China Three Gorges – que estão há mais tempo no Brasil e abocanharam importantes ativos no setor de energia, como Cesp, CPFL e Duke Energy – já começaram a avaliar a usina.

A State Grid, por exemplo, está construindo o linhão que vai distribuir a energia de Belo Monte. Mas fontes ligadas ao negócio afirmam que, por ser um megaempreendimento, a venda deverá ocorrer para um consórcio. A expectativa é que as negociações sejam acirradas. O empreendimento está envolvido na Lava Jato, que investiga pagamento de propina por parte do consórcio construtor de Belo Monte, formado por Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e outras cinco empreiteiras menores.

“Há uma enorme preocupação por parte dos investidores que têm negociado ativos de empresas envolvidas na Lava Jato de que o escândalo acabe respingando nos futuros controladores. Se o valor da multa já está estipulado, coloca-se no preço. Caso contrário, a incerteza é grande”, diz um advogado, que prefere não se identificar.

Outro entrave é o modelo financeiro adotado em Belo Monte. Analistas que acompanham o projeto afirmam que o retorno do investimento caiu pela metade nos últimos anos por causa das paralisações e multas aplicadas por atraso nas obras. Procurados pela reportagem, a Norte Energia e Bradesco não comentaram o assunto.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor:****Título: Spic, da China, deve levar a Santo Antônio**

As negociações para a venda da Hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Madeira (RO), avançaram mais, apurou o Estado com fontes a par do assunto. A chinesa Spic (State Power Investment Corporation) estaria próxima de levar a usina, desbancando concorrentes chineses e outras multinacionais que chegaram a avaliar o negócio. Fontes afirmam que a multinacional deverá fazer uma proposta firme pelo ativo em março.

O valor total de 100% do ativo de Santo Antônio, que tem capacidade instalada de 3.568 megawatts (MW), é estimado em cerca de R\$ 9 bilhões, mas o desembolso deverá ser bem menor, entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões, segundo fontes. O restante estará vinculado ao cumprimento de metas de desempenho ("earn-out") e deverá ser parcelado.

A venda da companhia está sendo aventada há alguns meses, uma vez que parte dos acionistas, entre eles o grupo Odebrecht, precisa se desfazer de ativos para fazer caixa. A hidrelétrica foi apresentada a vários investidores, entre eles a chinesa Three Gorges e a canadense Brookfield. Segundo fontes, a Brookfield não levou as conversas adiante.

Procurada, a assessoria de imprensa da Santo Antônio não retornou os contatos até o fechamento desta edição. Nenhum porta-voz da Spic foi encontrado para comentar o assunto.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Chinesa pode ser expulsa de obra de 'linhão'**

Sepco já foi multada em R\$ 8 milhões pelo atraso; nas obras da empreiteira, há lotes com pouco mais de 20% executados

O risco iminente de ver a maior linha de transmissão em construção no País atrasar e comprometer a entrega de energia da hidrelétrica de Belo Monte levou os donos da obra a buscarem uma alternativa radical: expulsar a chinesa Sepco do projeto, empresa que está com seus cronogramas inviabilizados.

A um ano do prazo assumido para entregar os 2,1 mil quilômetros da linha de transmissão que vai levar energia de Belo Monte (PA) até Ibiraci (MG), onde será distribuída para a região Sudeste, a concessionária Belo Monte Transmissora de

Energia (BMTE) decidiu buscar outras empreiteiras que já atuam em lotes da malha, com o propósito de que essas assumam 780 quilômetros atrasados.

O assunto preocupa o Ministério de Minas e Energia. O Estado apurou que a pasta tem realizado reuniões quinzenais com diretores da BMTE para tentar resolver o atraso da linha de R\$ 4,5 bilhões. A concessionária já multou a Sepco em R\$ 8 milhões e ordenou que a empresa busque terceiros para tapar os buracos na obra, mas, na prática, as coisas não avançaram. Nenhuma das empresas comenta o assunto.

A BMTE, que tem 49% de suas ações nas mãos da Eletrobrás e outros 51% sob controle da chinesa State Grid, tem garantido ao governo e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que o linhão de Belo Monte não vai atrasar e que estará em operação fevereiro de 2018. A linha está dividida em oito lotes de 260 km cada um. Cinco deles estão em dia, com execuções acima de 50%, mas, nas obras da empreiteira chinesa, há lotes com pouco mais de 20% de execução.

Das 1.508 torres que a empresa tem de erguer, um terço foi entregue. Depois de avaliar a situação do projeto, a Aneel deixou claro que não houve problemas no licenciamento ambiental da obra, o qual costuma ser apresentado como principal causador de atrasos em obras de transmissão. As complicações com a Sepco, portanto, são um problema empresarial e de responsabilidade da BMTE. Esse não é o único drama enfrentado pelo governo para distribuir a energia de Belo Monte.

Um segundo empreendimento de transmissão, batizado de “linhão pré-Belo Monte”, deveria estar em operação desde fevereiro de 2016, mas não tem sequer data para ser entregue. As obras da espanhola Abengoa, orçadas em R\$ 1,3 bilhão, foram largadas pelo caminho, depois que a empresa quebrou.

Por conta das restrições de transmissão, Belo Monte tem utilizado linhas regionais de menor capacidade de transmissão para chegar à rede do Sistema Interligado Nacional, que conecta os Estados do País. Essa transmissão, porém, tem limites, por conta de restrições técnicas e capacidade limitada de escoamento de energia.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Mundo

**Autor:**

**Título:** Explosão em central nuclear desativa reator

Autoridades francesas se apressaram em tranquilizar a população do país após uma explosão, ontem pela manhã, na usina nuclear de Flamanville. O incidente, segundo especialistas, ocorreu fora da zona nuclear e sem risco de contaminação. “Cinco pessoas ficaram levemente intoxicadas pela fumaça, mas não houve feridos graves”, segundo informou o prefeito regional, Jacques

Witkowski. Apesar das explicações, o Greenpeace ressaltou que a situação é preocupante. “Após os dois incêndios recentes na usina de Cattenom, em Mosela, trata-se do terceiro (incidente) em uma instalação nuclear nos últimos 10 dias”, destacou a ONG.

Segundo Jacques Witkowski, o acidente foi provocado pela explosão de um ventilador que aqueceu demais, provocando fumaça e um incêndio. “É um problema mecânico”, afirmou. “É um acontecimento tecnicamente significativo, mas não se trata de um acidente nuclear”, reforçou Olivier Marmion, uma das autoridades da prefeitura. Após a explosão, o reator 1 foi desativado. A usina tem dois reatores, e um terceiro está sendo construído.

A explosão foi detectada às 9h40 (horário local), de acordo com a EDF, a companhia elétrica que administra a usina, e terminou cerca de duas horas depois. “Não há consequências para a segurança das instalações nem para o meio ambiente”, insistiu a empresa. A usina nuclear de Flamanville, na região da Normandia, está em funcionamento desde os anos 1980. Seus dois reatores, com uma capacidade de 1.300 megawatts cada um, produzem 4,5% da energia nuclear francesa, principal fonte de produção de eletricidade do país (cerca de 75% do total).

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rodrigo Polito

**Título:** Estudo aponta necessidade em 2017 para contratar energia de reserva

A aparente sobra estrutural de energia no sistema e o baixo risco de racionamento para os próximos anos não contemplam a queda de produtividade de grandes hidrelétricas - provocada por efeitos climáticos, como escassez de chuvas - e o acionamento de termelétricas para suportar o atendimento à rede. O problema, diagnosticado em estudo que será apresentado hoje à Empresa de Pesquisa Energética (EPE), indica a necessidade de realização de leilões para a contratação de energia de reserva já neste ano. Hoje, o país não corre risco de racionamento, mas deve pagar um custo mais alto pela energia, se não contratar novos projetos de custo mais baixo.

De acordo com o estudo, feito pela consultoria Engenho e encomendado pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o sistema brasileiro teve um déficit de 8,7 mil megawatts de energia prevista para ser produzida por usinas sujeitas a efeitos climáticos no ano passado. O volume equivale a cerca de 13% do consumo total de energia do país em 2016, ou quase a energia produzida por duas usinas de Belo Monte.

O déficit significa a diferença entre a "garantia física" - o "carimbo" das usinas indicando a quantidade de energia que cada uma delas deve gerar e pode comercializar - e o total de fato produzido por elas, com base em dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

"É possível observar grande sobra de garantia física sem a contrapartida equivalente de geração real", informa o estudo, assinado por Leontina Pinto, diretora da consultoria, e Alexandre Lafranque. "A sobra de garantia física não é, na realidade, tão grande. As usinas 'movidas a recursos climáticos' não foram suficientes para atender à carga e há uma geração térmica expressiva", diz Leontina.

Segundo a consultora, o "gap" na produção real das usinas se deve principalmente à falta de chuvas no Nordeste. "O Nordeste está sem água há cinco, seis anos".

Essas hidrelétricas, sobretudo no Nordeste, teriam um papel importante hoje para regular, ou "modular" (no jargão do setor elétrico) a geração de energia de eólicas na região. As hidrelétricas podem ampliar ou diminuir a geração para substituir a produção de eólicas, que varia com a disponibilidade e intensidade de vento.

Devido à seca no Nordeste, a "modulação" tem sido feita por térmicas. Segundo Leontina, dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mostram que térmicas com custo de operação de até R\$ 1 mil por megawatt-hora (MWh) foram acionadas em dezembro. Como essas térmicas são acionadas e desligadas em momentos do dia, elas não estão sendo consideradas no preço de liquidação das diferenças (PLD) - o preço de energia no mercado à vista -, nem nas bandeiras tarifárias, mas o custo é contabilizado no Encargo de Serviços do Sistema (ESS), cobrado na tarifa de energia.

De acordo com o estudo, baseado na produtividade das usinas em 2016, há um déficit de garantia física em relação à geração real de 9 mil MW médios para 2017, de 10 mil MW médios para 2018 e 10,6 mil MW médios para 2019. Segundo o documento, parte desse montante pode ser atendido por térmicas de custo operacional baixo e o restante deveria ser suprido por projetos a serem contratados em leilões de reserva.

Considerando nota técnica da EPE sobre o segundo leilão de energia de reserva (LER) de 2016, previsto para dezembro, mas cancelado, a consultoria considerou termelétricas com custo operacional de até R\$ 193 por MWh. Com isso, o déficit de energia que deveria ser contratado em leilões de reserva é de 763 MW médios para este ano, 1,6 mil para 2018, 2,23 mil para 2019 e 2,4 mil para 2020.

Segundo o presidente da Absolar, Rodrigo Sauaia, as empresas do segmento têm condições de entregar projetos no fim de 2019, caso seja feito um LER no primeiro semestre deste ano. Ele defende um segundo leilão, no segundo semestre, para contratar projetos para fornecimento no fim de 2020. O executivo ressaltou que havia pelo menos 13,3 mil MW de projetos de energia solar cadastrados para o LER do fim de 2016 e que estão aptos para os novos leilões.

"O investimento em energia de reserva é um sinal de maturidade e que vai ajudar o planejamento, não só do setor elétrico, mas da economia em geral", afirmou Sauaia. Segundo ele, o objetivo do estudo é auxiliar o governo na definição de estratégias de contratação de energia futura.

O presidente da EPE, Luiz Augusto Barroso, disse que todo trabalho que busque o aperfeiçoamento do setor é bem-vindo. "O estudo ainda será analisado pela EPE e o Ministério de Minas e Energia, que tem a intenção de discutir com a sociedade a inserção de [fontes] renováveis, que é uma realidade, dentro de uma lógica que zele a coerência e os princípios que têm orientado a nova gestão do setor."

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rafael Bitencourt e Daniel Rittner

**Título:** Política de conteúdo local deve ser definida dia 16

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho filho, disse ontem que o governo deve fazer uma reunião ampla no próximo dia 16 para definir a nova política de conteúdo local para o setor de óleo e gás. Segundo Coelho Filho, a reunião será coordenada pela Casa Civil e terá a participação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O ministro afirmou que ao longo das últimas semanas, o governo tem ouvido diferentes representantes do setor, incluindo a Petrobras e a Firjan.

O ministro disse que maior preocupação gira em torno da retomada dos investimentos em produção e exploração de petróleo e gás de modo a ter um crescimento sustentável e duradouro. Para alcançar esse objetivo é preciso definir um programa claro de leilões que estabeleça a realização de certames a cada ano. "É preciso que o Brasil entre na rota das grandes empresas de produção e exploração". Questionado sobre a prorrogação dos incentivos do Repetro, o ministro disse que tem conversado com o Ministério da Fazenda para que a prorrogação seja definida até o início de março.

O governo adiou pela segunda vez a reunião do comitê que poderia bater o martelo nas novas regras de conteúdo local válidas para a 14ª rodada de licitações

de blocos de petróleo e gás. Prevista inicialmente para segunda-feira, a reunião foi reagendada para ontem, na tentativa de conciliar, ainda que parcialmente, as diferenças entre os integrantes do comitê.

Longe de um consenso, o encontro foi adiado de novo, por orientação do Palácio do Planalto. O comitê diretivo do Pedefor -sigla para o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Aprimoramento e ao Desenvolvimento de Fornecedores de Fornecedores de Petróleo e Gás - está rachado. Há consenso em torno da necessidade de ajustes das regras, mas persiste um desencontro sobre o grau de abertura necessário.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** ESPECIAL

**Autor:** Camilla Veras Mota

**Título:** O gasômetro que virou cidade do futuro

Desde o mês passado um pequeno ônibus sem motorista circula pelo bairro de Schöneberg, nos arredores de Berlim. Um trajeto com cinco curvas, pouco menos que um quilômetro, percorrido de ponta a ponta várias vezes ao dia. No caminho, ele passa pela maior estação de carregamento para carros elétricos da Alemanha, por geradores eólicos, carros compartilhados e prédios inteligentes que só consomem a energia estritamente necessária.

O ônibus é o Olli, uma das primeiras propostas de transporte público autônomo em teste no mundo. O espaço em que ele circula é o de um antigo gasômetro do século XIX, onde desde 2008 funciona o Europäisches Energieforum, chamado de Euref. O que começou como um projeto imobiliário para reunir empresas com pesquisa de ponta nas áreas de mobilidade, transporte, energia e sustentabilidade é hoje uma grande concentração de escritórios. São 65 mil metros quadrados, onde 2,5 mil pessoas de mais de cem companhias trabalham diariamente.

Os inquilinos vão desde startups como a ebee, que desenvolve estações para recarregar carros elétricos, até gigantes como a americana Cisco e a francesa Schneider Electric, que desenvolveu o projeto de redes inteligentes que controla a produção e consumo de energia do complexo de uma dezena de prédios. Desde 2012, o Euref também funciona como campus para a Universidade Técnica de Berlim (TU), que ministra ali cursos de mestrado, inclusive em inglês, focados em temas como gestão de energia e edifícios sustentáveis.

"A ideia nasceu da figura do próprio gasômetro, que se tornou um símbolo para a área de energia - de um antigo espaço dedicado à produção de gás para um 'monumento' onde a transição energética acontece", disse ao Valor o arquiteto

Reinhard Müller, que há dez anos adquiriu o espaço da empresa de energia Gasag e é hoje presidente do Euref.

A "transição energética" a que ele se refere (em alemão, "Energiewende") é o processo pelo qual o país vem passando para se tornar uma economia de baixo carbono. Suas metas, mais agressivas do que as estabelecidas pela União Europeia, incluem a redução, até 2050, entre 80% e 95% da emissão de gases de efeito estufa, na comparação com os níveis de 1990, e o aumento para 60% da participação de fontes renováveis no consumo de energia. Ambos os objetivos foram alcançados pelo Euref ainda em 2014.

Para Müller, a convivência que o centro possibilita entre prédios centenários de tijolos aparentes, adaptados para serem mais eficientes do ponto de vista energético, e edifícios altamente tecnológicos, com certificação LEED Gold e Platinum, é um símbolo de como velho e novo podem conviver, de como a ponte para a chamada "nova era da energia" ("Energiezeitalter") pode ser pavimentada.

Formado pela TU nos anos 70, o arquiteto se dedica desde o início da carreira ao tema da sustentabilidade. Reservado, não gosta de falar de si mesmo, mas registros da imprensa alemã contam que ele costumava usar o dinheiro que ganhava em premiações para investir em empreendimentos verdes. O Euref, ele diz, não tem qualquer incentivo do governo. Ele é um projeto imobiliário custeado pelos aluguéis e em expansão: outros 100 mil metros quadrados estão atualmente em desenvolvimento.

Nos prédios novos, o controle dos equipamentos elétricos é todo automatizado, feito por um sistema chamado Instabus. Os sensores de movimento nas salas desligam não apenas as luzes no fim do expediente, mas também os computadores. A fachada inteligente foi construída com materiais que reduzem as perdas de calor para o ambiente, como as janelas feitas com três camadas de vidro. Assim, o consumo de energia é cerca de 17% inferior ao que é exigido pela legislação alemã - a Energieeinsparverordnung (EnEV) -, que em meados dos anos 2000 estabeleceu critérios básicos de eficiência para a construção de novos edifícios.

O Euref é um grande laboratório para as cidades do futuro, afirma o engenheiro elétrico colombiano Mauricio Rojas, funcionário da Schneider Electric e responsável pelo controle da microrrede inteligente que armazena e controla a energia que alimenta o complexo. Há três anos, a equipe de Rojas começou a integrar os diferentes sistemas construídos no campus: as placas fotovoltaicas, os geradores eólicos, a energia de biogás (proveniente da decomposição de matéria orgânica) que vem de uma planta em Schwedt, na fronteira com a Polônia, e a própria rede elétrica da cidade de Berlim.

Os modelos matemáticos viraram linguagem de programação e criaram um sistema de controle que reduz ao mínimo as perdas, com a ajuda de uma dezena de baterias gigantes de lítio que armazenam o excedente produzido. Uma cópia da tela que Rojas usa para acompanhar em tempo real o sistema fica no térreo do prédio batizado de Zee.Mo Base, da Schneider Electric, acessível a quem passa ali. Semanas antes da visita da reportagem, Rojas usou-a para explicar a um grupo de funcionários do governo chinês - que vem dando cada vez mais atenção às áreas de eficiência energética e renováveis - como o sistema estava integrado.

As placas de energia solar alimentam a maior estação de carregamento para carros elétricos da Alemanha. "Nós temos 100% de mobilidade limpa dentro do campus", comemora. As estações são usadas pelos carros das próprias empresas, de funcionários e pelos veículos de serviços de compartilhamento ("car sharing") como o e-Flinkster. Esse tipo de solução, aliás, cresce de forma exponencial no país. Em 2016, a frota alcançou 16 mil veículos, contra 6 mil em 2013, diz a organização não governamental Agora Verkehrswende, dedicada à mobilidade.

Rojas diz que usa o serviço eventualmente, quando precisa comprar produtos que ele dificilmente conseguiria transportar no metrô, por exemplo. A revolução que espera que aconteça na mobilidade urbana nas próximas décadas, inclusive na Colômbia, ele vive no dia a dia. Há três anos, quando começou a prestar serviço no campus, Rojas fez questão de se mudar para o bairro, para fazer seu deslocamento diário a pé. "Procurei apartamento em um raio máximo de um quilômetro daqui."

No prédio vizinho à Zee.Mo fica a empresa InnoZ, onde Vipul Toprani pensa no transporte do futuro. O indiano faz parte da equipe que desenvolve o Olli, citado no início da reportagem, que vem passando por testes diários há um mês. Além de prescindir de motorista, o veículo dispensa os pontos de ônibus tradicionais. Acionado por aplicativo, ele para exatamente onde o passageiro estiver, dentro de uma determinada rota.

Por ora, ele para em pontos específicos e opera com um motorista que não dirige, mas que está disponível para quaisquer eventualidades. "Em abril queremos fazer os primeiros testes sem nenhum condutor, mas precisamos saber se os usuários estarão confortáveis com isso." Os passageiros não são só os frequentadores cotidianos do Euref. Já na primeira semana, um grupo de senhoras que soube pelo noticiário da novidade apareceu para experimentá-la. Dias depois foi uma turma de 60 estudantes chineses, que se revezaram entre os 12 lugares.

O maior desafio do Olli não é a tecnologia, mas a rígida legislação alemã, que não permite que um veículo sem volante circule pelas ruas. "Estamos conversando com o Ministério dos Transportes e esperamos resolver a questão o mais rápido

possível, mas as leis às vezes não se movimentam na mesma velocidade que a inovação", diz Toprani.

A equipe da InnoZ tem pressa porque seus concorrentes franceses, da Easy Mile, já estão testando o EZ10 nas ruas da França. Em janeiro, a grupo Alstom anunciou investimento de € 14 milhões na Easy Mile, que será usado para acelerar o crescimento da start up. "Queremos que o primeiro veículo público autônomo do mundo comece a rodar em Berlim", afirma.

A InnoZ também tem parceiros importantes. No mercado desde 2015, é uma sociedade entre a empresa alemã de transportes, a Deutsche Bahn, a Siemens, a T-Systems, a DLR (a agência espacial alemã) e o WZB (Centro de Pesquisa em Ciências Sociais, mantida pelo governo federal e pelo município de Berlim). A empresa trabalha em parceria com a americana Local Motors, do Vale do Sicílio, que está realizando testes nos EUA.

Nascido na Índia, Toprani cresceu em Omã, no Oriente Médio, formou-se em Mumbai e fez mestrados nos EUA e na Noruega. Começou a carreira no setor financeiro, mas decidiu migrar para a área de mobilidade e energias renováveis quando percebeu que preferia "criar valores, não ganhar dinheiro". Ele vive em Berlim há cinco anos e meio, usa a bicicleta como principal meio de transporte e considera a mobilidade um dos principais pilares da transição energética. "Não adianta usar 100% de energias renováveis se a gente mantiver o mesmo padrão de deslocamento."

Questionado sobre as grandes metrópoles de países emergentes, como Mumbai e São Paulo, em que a discussão sobre cidades inteligentes soa distante e o carro ainda é valorizado como símbolo de prosperidade, ele se diz otimista. "As pessoas mudam principalmente quando são forçadas a isso. Estamos chegando em um momento, com as mudanças climáticas, em que todos os países vão ser obrigados a mudar, de alguma maneira."

Para ele, o mundo vai viver nos próximos anos um período de intensa polarização, no campo da sustentabilidade, entre "céticos" e "idealistas". "Mas isso, de certa forma, é bom, porque impulsiona os 'idealistas', a inovação".

A repórter viajou a convite do Clean Energy Wire

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** ESPECIAL

**Autor:** Camilla Veras Mota

**Título:** Renováveis transformam zona rural da Alemanha

Moradora de Vlotho, cidade no norte da Alemanha com pouco mais de 20 mil habitantes, a empresária Martina Klöckner Scherfeld, 57 anos, trocou de fornecedor de energia no ano passado. Saiu o Estado e entrou seu vizinho, pequeno agricultor que produz energia de biomassa do milho e a comercializa na região.

A conta ficou mais barata e os moradores do bairro já falam em construir uma piscina aquecida coletiva. Assim, eles poderiam aproveitar o tempo livre com vista para as montanhas mesmo quando as temperaturas chegassem mais perto de zero, como agora.

Na prática, Martina deixou de usar a rede pública de energia de sua cidade e passou a se beneficiar de um sistema de microgeração distribuída. A descentralização da produção é também um dos pilares da "transição energética" alemã, uma maneira de reduzir custos de transmissão, minimizar perdas e diminuir o impacto ambiental do consumo de energia.

Mais que isso, ela está mudando a configuração de muitas pequenas cidades na zona rural alemã, diz Dagmar Dehmer, repórter de sustentabilidade do jornal "Der Tagesspiegel" há mais de 15 anos. Além da biomassa, multiplicam-se pelo país fazendas de geração comunitária de energia eólica, que não só dão mais segurança ao abastecimento dessas regiões, como geram empregos e aumentam a arrecadação de impostos. "Com esses recursos, algumas cidades têm conseguido construir novas escolas, espaços públicos".

A energia eólica é hoje a principal fonte renovável utilizada no país, responsável por 12% do total produzido, quase metade da participação das fontes limpas, 30%. A solar ocupa a segunda posição, com 6% do total e um pesado mecanismo de incentivo chamado de "feed-in tariff".

A Lei das Fontes de Energias Renováveis (EEG), do início dos anos 2000, garantiu por até 20 anos aos produtores um valor fixo pela energia que entra no sistema. A diferença entre esse preço e o efetivamente praticado pelo mercado é bancada pelos consumidores através da EEG Umlage, cobrada as contas de luz. No início, a sobretaxa era pequena. Entre 2010 e 2015, contudo, diante da multiplicação de painéis fotovoltaicos pelo país, o preço de mercado despencou de 34 centavos por kilowatt-hora para 9 centavos e a participação da sobretaxa no preço médio da energia saltou de 8,8% para 21,8%.

A lei, que chegou a ser criticada por causa do aumento expressivo dos subsídios nos últimos anos, vem sendo modificada, inclusive com ajuste das tarifas fixas. Agora que a capacidade instalada atingiu uma massa crítica, o plano do governo é começar a realizar leilões de energia solar de forma constante a partir deste

ano, para que esse segmento passe a funcionar pelas leis de mercado, sem incentivos.

O Estado também tem participação importante como financiador da transição energética, especialmente no fomento à inovação. O Ministério de Energia prevê gastar neste ano quase 2,5 bilhões de euros em energia e sustentabilidade, rubrica que inclui incentivos ao desenvolvimento de tecnologias que ajudarão o país a construir a ponte para a economia de baixo carbono. O valor é quase dez vezes o limite de empenho de 2017 do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a mais importante fonte de financiamento público para a inovação do Brasil, R\$ 930 milhões.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

### **Receita da Energisa cai**

A receita operacional líquida da Energisa apresentou queda de 2,6% em 2016, para R\$ 10,283 bilhões. Em dezembro, a receita líquida somou R\$ 951,5 milhões, aumento de 3% sobre o mês anterior. A venda de energia elétrica aos consumidores do mercado cativo teve queda de 4,9% em dezembro e recuou 2,4% em 2016. Esse resultado foi fortemente impactado pelas migrações de consumidores para o mercado livre, temperaturas mais amenas e pelo alto índice de chuvas nas regiões Centro-Oeste e Norte. Considerando a venda de energia nos mercados cativo, livre e não faturados, houve redução de 0,3% em relação à dezembro do ano anterior.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito

**Título:** Jirau critica eficiência de usina de Santo Antônio

Os consórcios donos das usinas de Santo Antônio e Jirau, que formam o complexo do rio Madeira (RO), travam novo round na rivalidade histórica entre eles. O novo capítulo é sobre a elevação da cota de operação de Santo Antônio, que teria causado uma perda de 361 megawatts (MW) médios para o complexo, na primeira quinzena de janeiro, segundo cálculos da Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dona de Jirau, apresentados à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo a empresa, com a elevação da cota, Santo Antônio deixou de produzir 320 MW médios e Jirau, 41 MW médios.

As informações constam de carta enviada pela ESBR ao diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, em meados de janeiro. Uma semana depois, a Santo Antônio Energia (SAE) obteve vitória na Justiça, que liberou o Ibama para autorizar a elevação da cota da usina de Santo Antônio, de 70,5 metros para 71,3 metros. O órgão ambiental já havia autorizado a elevação da cota no fim do ano passado, porém teve de rever a decisão duas semanas depois, por decisão da Justiça.

Na carta enviada à Aneel, Victor Paranhos, diretor-presidente da ESBR, diz que a elevação da cota de Santo Antônio e a operação das seis turbinas adicionais daquela usina dependeriam da eficiência das máquinas da hidrelétrica. "Embora os dados oficiais referentes à eficiência das unidades geradoras da UHE Santo Antônio não estejam disponíveis, sabe-se que estes são muito inferiores ao mínimo obrigatório", disse, na carta.

De acordo com a ESBR, o índice de eficiência de Santo Antônio é de 95,87%, enquanto o índice de Jirau é de 99,67%. Pelas contas da ESBR, com essa configuração, em longo prazo, em vez de o sistema do rio Madeira ter um ganho de 83,1 MW médios, conforme previsto, ele terá de fato uma perda de 17,01 MW médios, caso a elevação da cota de Santo Antônio seja mantida.

"Considerando que a SAE ainda não obteve do Ibama a retificação da Licença de Operação para a subida da cota de operação do empreendimento, solicita-se que a Aneel analise tecnicamente qual seria o percentual mínimo de FID [o indicador de eficiência] aceitável para que a UHE Santo Antônio possa ter o direito de elevar a cota da usina", disse Paranhos, na carta.

Ao Valor, a SAE informou, em nota, que o projeto de ampliação da usina, de 44 para 50 turbinas, foi aprovado pela Aneel em 2013, "caracterizado como o que melhor atende o interesse público e assegura o aproveitamento ótimo do rio Madeira". O consórcio completou que "opera suas 50 turbinas com a eficiência energética esperada". Segundo a SAE, a produção das seis últimas máquinas é destinada ao sistema Acre-Rondônia, garantindo segurança e estabilidade do suprimento para a região.

A SAE disse ainda que lamenta "a tentativa da ESBR de confundir a opinião pública com a difusão de informações sobre as quais não tem conhecimento ou domínio" e que "repudia a tentativa da mesma de se apropriar do protagonismo que pertence legitimamente apenas aos órgãos que fiscalizam e regulam o setor elétrico".

A Aneel informou ao Valor que "o processo ainda está em análise na área técnica". Já o Operador Nacional do Sistema Elétrico explicou que opera as duas usinas "dentro dos preceitos de maximizar a produção de energia elétrica,

respeitando as condicionantes ambientais de uso múltiplo e o que está estabelecido nos contratos de concessão".

No início deste mês, a SAE informou ao mercado que a Secretaria da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (ICC) proferiu sentença favorável à empresa em procedimento arbitral instaurado contra a ESBR. Segundo o comunicado, porém, "o inteiro teor da referida decisão é sigiloso, uma vez que o procedimento se reveste de confidencialidade".

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia

**Título:** Aneel deve negar recurso da Isolux para manter ativos

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve rejeitar, na próxima semana, o recurso apresentado pela Isolux questionando a decisão da própria agência de retomar duas linhas de transmissão, o que pode dificultar a negociação de seus ativos para a Ferrovial.

O processo será discutido na próxima reunião da diretoria da agência, na terça-feira. O voto do relator, o diretor Tiago de Barros Correia, foi disponibilizado ontem no site da autarquia, recomendando que o recurso seja rejeitado, uma vez que a Isolux não conseguiu apresentar uma proposta firme de um comprador pelos seus ativos no Brasil.

Em dezembro, a Aneel decidiu retomar 686 quilômetros de linhas de transmissão da companhia. A Isolux, em recuperação extrajudicial desde o início do ano passado, venceu a disputa pelos dois lotes em um leilão em 2015, mas não chegou a depositar as garantias financeiras dos ativos, que assegurariam a execução dos empreendimentos.

Por isso, a agência decidiu revogar as concessões. Os dois lotes, que ainda não saíram do papel, foram incluídos no edital do leilão de transmissão previsto para os próximos meses, quando devem ser relicitados.

A Isolux apresentou um recurso questionando a decisão. Correia afirma, no voto, que não vê fundamentos capazes de reformar a decisão objeto do recurso. "Considerando a necessidade de se minimizar o prazo de entrada em operação das instalações, não existe mais tempo hábil para apresentação de proposta pela Isolux", escreveu Correia.

A Isolux argumenta que a espanhola Ferrovial está interessada em negociar a aquisição do controle dos seus ativos, o que viabilizaria a implantação dos empreendimentos em questão.

"As tratativas da Isolux com um primeiro investidor que havia se mostrado interessado restaram infrutíferas, e as tratativas com o Grupo Ferrovial, até o momento, não possuem elementos que tragam segurança de sucesso na negociação", escreveu Correia no seu voto.

O primeiro investidor era a gestora canadense Brookfield, que desistiu da aquisição ao ver opções mais rentáveis nos leilões de transmissão realizados.

O Valor apurou que a Ferrovial, por sua vez, não vai fazer uma oferta firme pelos ativos da Isolux sem que a Aneel garanta que o resultado do leilão de 2015 será mantido. Como a agência só aceita manter as concessões da Isolux se a empresa chegar a um acordo formal com a Ferrovial, as negociações ficaram travadas nessa queda de braço.

Ainda não está claro se a Ferrovial pretende manter a proposta para a Isolux sem essas concessões, caso seja essa a decisão da Aneel.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Marcos de Moura e Souza

**Título:** Mudança na lei pode beneficiar Samarco

Uma mudança nas regras ambientais de Minas Gerais deverá tornar mais rápida a concessão das licenças que a Samarco precisa para voltar a operar.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente vinha dizendo que era possível que até meados do ano, talvez em agosto, fossem expedidas as licenças prévia e de instalação da chamada cava de Alegria Sul. A liberação da cava é um passo crucial, segundo a Samarco, para que ela tenha onde lançar seus rejeitos, caso retome sua produção de minério de ferro na cidade de Mariana (MG).

Agora, com a mudança, essas licenças poderão sair entre abril e maio, disse ontem ao Valor o secretário adjunto de Meio Ambiente de Minas, Germano Vieira. O que mudou em Minas foi a possibilidade de grandes empreendimentos, como o da Samarco, solicitarem duas licenças ao mesmo tempo. Até então, era preciso solicitar, primeiro, a licença prévia; uma vez que esta era obtida, a empresa pedia a licença de instalação e só então poderia dar entrada na licença de operação.

Em 25 de janeiro, o governo de Fernando Pimentel (PT) publicou o decreto nº 47.137/17 que estabelece a possibilidade de licenciamento concomitante. Dias depois da publicação, a Samarco apresentou um pedido único de licença prévia e de instalação. Esse pedido substituiu outro da empresa que tramitava desde junho na secretaria, apenas para licença prévia da cava.

"Não fosse essa possibilidade, a licença prévia da Samarco sairia por agora, mas a de instalação só mais tarde e de operação só em 2018", disse Vieira. A expectativa da Samarco de retomar suas atividades em 2017 torna-se, com o decreto, algo mais plausível, disse Vieira, que está à frente desse processo na Secretaria de Meio Ambiente.

No fim do ano passado, o presidente da Samarco, Roberto Carvalho, disse ao Valor que esperava que a empresa estivesse funcionando de novo em algum momento no segundo semestre deste ano.

O decreto trouxe também outra novidade. A possibilidade de a secretaria conceder licenças antes que alguns órgãos até então envolvidos no processo de licenciamento se posicionem.

Se a secretaria analisa, por exemplo, um pedido de licença de um empreendimento que poderá afetar um local histórico ou uma população remanescente de quilombolas, não será mais necessário aguardar a manifestação dos órgãos correspondentes. Se esses órgãos não se manifestarem até certo prazo, a Secretaria de Meio Ambiente poderá conceder a licença e o empreendedor só terá de continuar buscando as autorizações restantes junto a autoridades não ambientais.

Esse expediente poderá agilizar outro processo de licenciamento da Samarco. É o chamado licenciamento de operação corretiva. A empresa informou que está finalizando a preparação do pedido dessa licença que valerá para todo o empreendimento e sem a qual a empresa não tem como retomar suas atividades.

"A Samarco tem conhecimento dessas mudanças e afirma que irá cumprir o que está previsto na legislação", informou.

As mudanças em Minas Gerais começaram a ser discutidas no início de 2015, assim que Pimentel assumiu o governo. O argumento então era a necessidade de dar mais agilidade aos processos de licenciamento ambiental em Minas sem afrouxar as exigências que garantissem mitigação e compensações dos impactos ao ambiente.

Com uma economia ainda muito dependente de mineração, são relativamente comuns casos de licenciamento de mineradora levarem até oito anos.

Resultado de uma joint-venture entre Vale e BHP Billiton, a Samarco é um dos maiores produtores mundiais de pelotas de ferro, usadas por siderurgias. Em novembro de 2015, uma das barragens de rejeito da empresa se rompeu provocando uma tragédia ambiental sem precedentes no país que matou 19 pessoas. Desde então, a empresa está parada.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** André Ramalho

**Título:** Decisão da Justiça proíbe Petrobras de rescindir contrato com Schahin

A Petrobras está proibida de rescindir o contrato de afretamento da sonda Vitória 10.000 com a Schahin. A decisão de mérito foi proferida na terça-feira pelo juiz titular Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em novembro, o juiz já havia concedido liminar favorável à Schahin. O contrato foi rescindido pela estatal no fim de outubro, sob a alegação de que a fornecedora vinha atrasando o pagamento de parcelas do financiamento (leasing) tomado pela Petrobras para a construção da sonda. O pagamento das parcelas do leasing faz parte das cláusulas de cumprimento contratual.

Em sua decisão, Sacramone argumentou que a Schahin foi notificada sobre a rescisão em 31 de outubro, menos de 30 dias depois da cobrança da dívida remanescente daquele mês, de US\$ 2,1 milhões, em desacordo com as cláusulas contratuais.

O contrato, destaca o juiz de São Paulo, prevê a possibilidade de rescisão se as obrigações de pagamento não forem respeitadas e os valores não forem quitados no prazo de 30 dias contados a partir do recebimento da notificação de cobrança.

A sonda Vitória 10.000 é considerada peça fundamental dentro do plano de recuperação judicial da Schahin. A empresa de engenharia possuía seis contratos de afretamento de sondas com a Petrobras, mas cinco deles já foram rescindidos pela estatal em 2016, após o início dos problemas financeiros da fornecedora - que paralisou as atividades dos navios alegando falta de recursos.

O contrato da Vitória 10.000 é alvo da Operação Lava-Jato. Segundo as investigações do Ministério Público Federal (MPF), a Schahin foi beneficiada com o contrato com a Petrobras, de R\$ 1,6 bilhão, sem licitação, em 2009, como contrapartida por um empréstimo de R\$ 12 milhões concedido pelo banco Schahin ao pecuarista José Carlos Bumlai e destinado ao PT.

Procurada, a Petrobras informou que ainda não foi intimada.

**MME / ASCOM .**